



Maria Teresa Tedesco e Lurdes Moutinho entrevistam Márcia Machado Vieira, Professora Dr^a. de Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Maria Teresa Tedesco and Lurdes Moutinho interview Márcia Machado Vieira, Associated Professor of Linguistics at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ)

Nossa entrevistada é a Professora Márcia Machado Vieira, Professora de Linguística da UFRJ, uma *sociolinguista em movimento*, de coração e de alma, desde a Iniciação Científica no curso de graduação da UFRJ. De coração, porque valoriza a diversidade linguística, tendo sido movida por ela! De alma, porque, mesmo em espaços em que, juram alguns, não há variação linguística, ela percebe variação.

Márcia Machado Vieira desafia o leitor, ao longo desta entrevista, a entender a que espaços se refere. Com todo o seu entusiasmo, afirma que “movência é um traço pessoal! Transversalidade científica é um traço que percebo nos meus rumos em ciência e no fato de que, para alguns, não sou tão facilmente categorizável.” Maleabilidade e dinamicidade são palavras-chave em Sociolinguística e no seu fazer científico.

MATRAGA | Quem é a pesquisadora Márcia Machado Vieira, no contexto da Sociolinguística brasileira?

MMV | Para essa caracterização, vou fazer uma breve síntese de alguns caminhos científicos. Já fui sociolinguista *de carteirinha*, ou melhor, de raiz laboviana. Tenho artigos e trabalhos em fonética-fonologia e morfossintaxe com esse perfil. Até o início de meu curso de Mestrado, segui uma trajetória sociolinguística variacionista, relativamente similar à de muitas outras pesquisas que são reconhecidas como vinculadas a essa área, mas já mostrava preocupações sociofuncionalistas. Em minha dissertação de Mestrado, por exemplo, abordei a variação das formas pronominais *nós* e *a gente* e também a flexão de número singular ou plural de verbos em relação a essas formas, ou seja, tanto o fenômeno de referenciação por pronome quanto o de concordância verbal, ambos, em alguma medida, ligados à 1^a e à 3^a pessoas discursivas e até à 2^a. Na dissertação, já assumo inclinação sociofuncionalista, embora sem me categorizar(em) como sociofuncionalista, ao também me preocupar com variáveis funcionais, na tentativa de capturar

as associações mais frequentes entre variantes e certos atributos condicionantes (formais e funcionais). Na pesquisa de doutoramento, volto-me significativamente para a polifuncionalidade de verbos sob orientação da sociolinguista Dra. Silvia Brandão, tema que, em certa medida, foi desencadeado por uma das variáveis funcionais da dissertação, a influência da semântica associada ao tipo verbal no emprego pronominal.

É a partir de questões formuladas nesse processo de pesquisa que tem início o Projeto *Predicar* – Formação e expressão de predicados complexos (e predicções)¹, hoje com mais de vinte anos de existência. No contexto de estudos nesse projeto envolvendo comparações com línguas românicas (especialmente, francês e espanhol) e de interações cada vez mais intensas com a colega da Université Paul-Valéry Montpellier 3, Dra. Vanessa Meireles, delinea-se o Projeto *Variar* – Variação em Línguas Românicas². Interesses de investigação nesses dois projetos, ligados a um repositório digital de coleções de dados, levam-me a interagir, de perto, com pesquisadores da Ciência da Computação e da Ciência da Informação. Assim, hoje também sou uma sociolinguista que se importa com diálogos e formação na área de Bancos de dados, Repositórios, *Web Semântica*, algoritmos para o processamento de linguagem, por exemplo. Com isso, um perfil que também se avizinha a esses outros é o de sociolinguista computacional.

Todo esse percurso científico sustenta-se em análise empírica (qualitativa e quantitativa) de fatores formais e funcionais que incidem sobre o emprego de unidades construcionais da língua, seja por metodologia de observação de dados, seja por metodologia de pesquisa experimental. Por isso, dois projetos que atualmente têm tomado minha atenção são: Portal digital *inCorpora* – Portal digital de estados de coisas em Português e em línguas românicas a variar e ensinar³, que conta com apoio financeiro das agências CNPq (409043/2021-4) e FAPERJ (SEI-260003/003571/2022); Plataforma da Diversidade Linguística Brasileira⁴, que tem o apoio institucional do GT de Sociolinguística da Anpoll, em cuja gestão estive de 2018-2023, e da Abralín. O Projeto Plataforma da Diversidade Linguística Brasileira conta com a coordenação da Dra. Juliana Bertucci Barbosa (UFMT-Uberaba), Dra. Márcia dos S. Machado Vieira (UFRJ), Dr. Miguel Oliveira Jr. (UFAL) e Dra. Raquel Meister Ko Freitag (UFS), e com a participação de pesquisadores da Abralín de diferentes comissões estratégicas e científicas.

Por fim, gostaria de ressaltar que sou fruto da vivência de educação formal (seja como aluna, seja como docente), construída em espaços públicos de ensino e de experiência científica que se concretiza por ações e interações principalmente em instituições acadêmico-científicas públicas de ensino, embora não só. Interações com o Grupo de Trabalho de Sociolinguística da Anpoll, a Comissão Científica da Área de Sociolinguística da Abralín, a equipe de pesquisadoras do Centro de Referência do Museu da Língua Portuguesa e a equipe de pesquisadores do GO FAIR BRASIL, especialmente a da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), da UFRRJ e da UFRJ, do GRECO (Grupo de Engenharia do Conhecimento/PPGI/UFRJ), têm contribuído muito significativamente para meu perfil atual de (socio)linguista.

¹ Disponível em: <<https://projeto-predicar.wixsite.com/predicar>>.

² Disponível em: <<https://variav.wixsite.com/variav>>.

³ Disponível em: <<http://portalincorpora.org>>.

⁴ Disponível em: <<https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/projeto-plataforma-diversidade-linguistica-brasileira/>>.



No cenário atual, sou uma sociolinguista que concebe língua como uma gramática de construções (pareamentos de forma-função interconectados) e, portanto, sou socioconstrucionista. Com esse perfil, tenho dedicado especial atenção a tratar da (in)visibilidade do fenômeno de variação linguística por similaridade no âmbito de estudos construcionistas (nessa temática, tenho contado com algumas parcerias, entre as quais, a do Dr. Marcos Luiz Wiedemer/UERJ, da Dra. Pâmela Fagundes Travassos/UFRJ e a do Dr. Sávio André de Souza Cavalcante/UFC) e de empreender descrições de fenômenos de conceptualização de predicação verbal, intensificação-atenuação, futuridade, modalidade, temporalidade, aspectualidade, causatividade-resultatividade, entre outros.

Sou alguém com a experiência do diálogo com sociolinguistas brasileiros, por conta dos cinco anos de atuação como coordenadora do GT de Sociolinguística da Anpoll (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras Vernáculas), por causa da atuação na Coordenação da Comissão Científica da Área de Sociolinguística da Abralín. Em razão de demandas manifestas nesses espaços de interação em prol da popularização de nossos fazeres e achados científicos, cada dia mais venho envolvendo-me com projetos que têm um olho na sociedade em geral (e não só acadêmica): Projeto *Festival Brasil multicultural e multilíngue* e Projeto *Inovação na Ponta da Língua*. Este, por sua vez, já se volta para ações fora do espaço universitário: SNCT (Semana Nacional de Ciência e Tecnologia) e em construção, via UFRJ na Ciência e Tecnologia, para espaços como a Nave do Conhecimento da Penha da SME-RJ e escolas públicas.

Nessa tentativa de me olhar no espelho a partir de sua pergunta, acabei por perfilar ações e interações caracterizadoras de uma sociolinguista, que, do meu ponto de vista, está afeita a pôr em prática transversalidades (científicas, disciplinares, institucionais).

MATRAGA | Em nosso país, temos uma vasta diversidade linguística. Prevalece, entretanto, o entendimento de que o Brasil é um país monolíngue. Como professora e pesquisadora, pode apontar (algumas) causas desta visão monolíngue?

MMV | Minha percepção, talvez otimista, é a de que, a cada dia que passa, mais se alastra a perspectiva de pluralidade de culturas, línguas e normas. Há empenho e interesse do mundo acadêmico, científico, digital, midiático, turístico, entre outros, nisso, embora, para a imensa população brasileira desprovida de seus direitos fundamentais (salário digno, luz, internet, infraestruturas de educação e saúde, seguranças física e alimentar) e mesmo para parte da provida, prevaleça a ideia de monolingüismo.

Como me pergunta a respeito das causas dessa ótica de monolingüismo, vou ao que me parece crucial, para, depois, voltar a perspectivar o que me leva a esse horizonte de multilingüismo à vista.

Uma causa estrutural é a invisibilização de fenômenos de variação linguística (nesta, perspectivo similaridade ou quase sinonímia, referindo-me, aqui, a formas e unidades alternantes de conceptualizar e dizer algo, e não a diferenças) em contextos de standardização linguística. Muitos, inclusive professores de língua portuguesa, concebem variação como algo externo a gramáticas normativas. Basta consultar uma gramática normativa com “olhos de ver” (expressão



que uso nas minhas aulas de morfossintaxe da língua portuguesa), para encontrar na gramática, também chamada de tradicional, a acolhida de formas variantes de indeterminação do sujeito (*precisa-se de mais funcionários no setor / precisam de mais funcionários no setor*), de flexão do verbo antecedido de sujeito chamado de partitivo [por exemplo, *uma parte das pessoas percebe(m)*], de marcação de aspecto contínuo [*estar a assistir/estar assistindo*], entre outras. Um professor ou um gramático que não percebe que, até quando prescreve, pode valer-se de variantes linguísticas (pondo em foco o fenômeno de variação linguística, inerente a qualquer língua ou variedade), ainda que sejam as convencionalizadas em contextos de letramento, tem o potencial de levar seus alunos ou leitores a acharem que variação é algo externo a ambientes de padronização. Outra, ainda estrutural, é a descrição de norma culta padrão de língua centrada em experiências linguísticas ou numa imagem coletiva dessas experiências relativas à região sudeste do Brasil ou ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Por muito tempo e ainda hoje, muitas descrições didático-pedagógicas (livros, gramáticas) priorizam variantes das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro como referências de uso exemplar da língua. Por desconhecimento das variantes de outras regiões ou por preconceito em relação a essas variantes, passa-se adiante a ideia de que a língua portuguesa se limita a uma parcela de unidades linguísticas e combinações de unidades observáveis numa região do país ou atribuídas, impressionisticamente, a esta. Isso não acontece apenas em terras brasileiras! Há significativa desatenção à riqueza das manifestações de uso da língua portuguesa em vários espaços do mundo em que a língua portuguesa é falada/escrita, descrita e/ou ensinada.

Uma causa é psicológica e cognitiva. Nem sempre as pessoas se dão conta de que a língua e suas variedades estão (re)organizando-se sempre em micro/nanopassos, dada a unidade e a estabilidade linguísticas que promovem intercomunicação. Essa (re)organização ocorre por conta da conexão entre língua, sociedade e cognição e da atuação, nos processos de conceptualização e realização linguísticas, de forças histórico-sócio-culturais, pragmático-discursivas, cognitivas, afetivo-emocionais, identitárias. Em nosso conhecimento linguístico vão ficando armazenadas as unidades de forma e função (mais ou menos complexas) e modos de combinação e compatibilização que são convencionalizada(o)s com base nas mais diversas práticas sociocomunicativas e interações de nossa experiência. Nesse processo, lidamos com (des)atenção e (in)consciência. Há unidades e combinações de unidades que podem escapar à atenção de um analista (professor, linguista, gramático). Isso pode acontecer pelo conjunto de amostras de dados a que o analista tem acesso na sua experiência como usuário e/ou profissional da área de língua (às vezes, restrita), pela falta de consciência sobre um fenômeno em uso, por uma atitude de servidão (in)voluntária ao que está posto e ao que é rotineiro e esperado; pela desatenção ao uso em prol de uma atenção (calculada) a uma tradição engessada (de prescrições), pela insegurança de estar no papel de descrever ou usar um fenômeno linguístico para o qual não encontra descrição anterior, por pressão de leigos (famílias dos estudantes, jornalistas, pessoas fora da área de Letras e Linguística) que geralmente balizam suas demandas no conjunto de concepções e expectativas sobre língua que constituem o imaginário coletivo, por muitos motivos.

Uma causa política está na relação entre língua e poder. Atos de linguagem são atos de comunicação e de poder. As comunidades manifestam-se por linguagem em relações discursivas



entre sujeitos as quais implicam um jogo de forças na construção de subjetividades nas esferas político-sociais. As línguas podem ser meios de dominação, exclusão, inferiorização, apagamento. A eleição, hierarquização e obrigatoriedade de uma das normas da língua portuguesa é definida e mantida geralmente por uma parcela privilegiada da sociedade com acesso a espaço de poder (cultural, econômico, educacional). Embora se contraponha à dinâmica de sociedade, cultura e língua plurais e mescladas, esse movimento potencializa fronteiras, marginalização e inacessibilidade de outra parcela, que, em alguma medida, convêm a um ou mais sistema(s) de poder.

Agora, voltando à projeção de percepção do multilinguismo no Brasil, penso que isso é capitaneado por intensa difusão de informações na era digital, por interesses financeiros no diferencial das comunidades em termos turísticos (há investimento do setor privado em espaços museológicos, na região amazônica – onde há muitas línguas diferentes do português), no diferencial em propostas de programas televisivos, por interesses tecnológicos em linguagem cada vez menos artificial na era da Inteligência Artificial. Dá-se também, em razão do reconhecimento, a partir do decreto número 7.387, à legislação de Estados e Municípios do poder de definir línguas co-oficiais à língua portuguesa e a Libras, que é, sem dúvida, um passo importante no sentido da percepção da diversidade de línguas no Brasil.

O decreto número 7.387, de 9 de dezembro de 2010, institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, “como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. A pluralidade linguística brasileira é reconhecida nesse decreto presidencial, na Constituição Federal Brasileira e em outros dispositivos constitucionais.

O lançamento da Constituição Federal brasileira traduzida para o Nheengatu, em 2023, e a posse de Ailton Krenak, em 2024, na Academia Brasileira de Letras estão em sintonia com essa virada em prol da construção de uma pluralidade de cultura e língua e da percepção da heterogeneidade como patrimônio a ser salvaguardado com cuidado, respeitado e valorizado. A questão é quem, no Brasil, tem acesso a esse encaminhamento e por que meios. Os espaços educacionais, digitais, museológicos, jornalísticos e de comunicação de massa podem exercer influência sobre a sociedade em prol da conceptualização de nosso patrimônio plurilinguístico como bem valiosíssimo.

MATRAGA | Na sua perspectiva, que consequências essa visão, ainda predominante, sobre a realidade linguística brasileira, acarreta?

MMV | Consequências de uma visão do Brasil como país monolíngue são, por exemplo: desinformação; valorização de uma língua como oficial e prestigiosa e desvalorização ou estigmatização das demais; descaso, preconceito ou até repressão ou proibição em relação ao emprego de outras línguas; políticas públicas que efetivamente não incluem todos; exclusão de parcela significativa de indivíduos e grupos sociais de espaços de ação e interação, de poder, de disseminação de conhecimento; inviabilização de acesso amplo a serviços públicos e bens culturais.



Muito trabalho na área de Sociolinguística de Contato tem sido feito e/ou planejado, para desmistificar a ideia de Brasil monolíngue (que corresponde a uma concepção de sociedade brasileira uniforme e estática), para evidenciar que existem povos com domínio de outras línguas em nosso território e que este é plurilíngue, para sensibilizar e conscientizar a população que plurilinguismo é um patrimônio brasileiro.

Um espaço institucional, além do escolar, a colaborar para mudar a percepção monolíngue que ainda reina no Brasil é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁵. Um instrumento político-jurídico importante para a construção de uma visão multilíngue do país é, sem dúvida, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil, que promove o reconhecimento da diversidade de línguas como patrimônio cultural brasileiro, o mapeamento e o reconhecimento de línguas indígenas, de imigração, de sinais, afro-brasileiras, crioulas, além de variedades da língua portuguesa. Um espaço acadêmico-científico na área de Linguística também relevante é o das Comissões científicas e estratégicas: Diversidade, Inclusão e Igualdade; Línguas Ameaçadas; Línguas de Sinais; Línguas Indígenas; Políticas Públicas; Popularização da Linguística; Sociolinguística. Espaços museológicos também colaboram para transformar a percepção monolíngue da realidade brasileira: Museu da Língua Portuguesa⁶; Museu Paraense Emílio Goeldi⁷; Museu Nacional da UFRJ⁸; Museu das Culturas Indígenas⁹.

MATRAGA | Em sua perspectiva como sociolinguista, ainda que possa ser polêmico, você considera que existe o racismo linguístico, termo cunhado por Gabriel Nascimento, em sua publicação de 2019? Por quê?

MMV | Não li o livro de Gabriel Nascimento. Existe racismo expresso por linguagem, porque somos indivíduos que fazem parte de uma sociedade e são atravessados por memórias histórico-culturais e por memórias de práticas, formas e técnicas de linguagem associadas. Vivemos numa sociedade em que o racismo está enraizado em diversas dimensões (ambiental, institucional, tecnológica, literária, linguística), manifestamo-lo, com ou sem consciência, em algum grau. A Sociolinguística e outras áreas da Linguística ressaltam há bastante tempo a relação entre linguagem e sociedade.

Não desenvolvo pesquisa sobre o tema. Lembro que, certa vez no Projeto *Predicar*, uma orientanda que reunia dados de tuítes com emprego de lexemas de cores encontrou numa de suas buscas muitas ocorrências dos lexemas branco(a) e preto(a), em número muito maior do que as ocorrências de outras cores, porque empreendeu a coleta na rede social Twitter justamente em ocasião próxima à de mais um episódio de violência cometida por aparelho de Estado contra negro. Menciono isso como exemplo de como nos manifestamos linguisticamente movidos por nossa vivência e pelo nosso entorno sócio-político-cultural.

⁵ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>.

⁶ Disponível em: <<https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/>>.

⁷ Disponível em: <<https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/>>.

⁸ Disponível em: <<https://www.museunacional.ufrj.br/>>.

⁹ Disponível em: <<https://museudasculturasindigenas.org.br/>>.



Nossa apreensão do mundo baseia-se em processo perceptual-cognitivo de captura de similaridades e dissimilaridades em estímulos complexos, em categorização. As pessoas tendem a categorizar tudo, principalmente outras pessoas/outrem, e normalmente isso se dá como se a vida não fosse movimento e as pessoas não fossem seres diferentes, complexos, múltiplos e cambiantes por natureza. Afinal, domínio e controle sociais passam também pela contenção do que escapa a algum(a) categoria, perfil ou conduta socialmente eleito(a) ou do que pode causar algum desconforto a um estado de coisas convencionalizado e esperado, enfim, pela contenção do que é diferente (a partir de alguma ótica).

Expressamo-nos por linguagem, verbal ou não verbal. Nem tudo o que perspectivamos sobre nós ou sobre outrem se manifesta por meio de língua. Supõe-se, em geral, que, por língua, expressamos toda a nossa intencionalidade. Quantas vezes o que vocalizamos ou escrevemos é diferente de nossa intenção comunicativa ou é processado de modo diferente desta! Esta, às vezes, ou só é acessada via expressão corporal ou nem acessada é! Uma postagem¹⁰ que vi compartilhar recentemente no Facebook dá uma boa noção da complexidade envolvida nas manifestações linguísticas que destaco nesse comentário final (autor desconhecido):

ENTRE LO QUE PIENSO,
LO QUE QUIERO DECIR,
LO QUE CREO DECIR,
LO QUE DIGO,
LO QUE QUIERES OIR,
LO QUE OYES,
LO QUE CREES ENTENDER,
LO QUE QUIERES ENTENDER
Y LO QUE ENTIENDES
 Existen 9 posibilidades
 de no entenderse.

MATRAGA | Para a pesquisadora, quais são os direitos linguísticos? Como cidadãos/ cidadãs, podemos pô-los em prática?

MMV | Entre os direitos linguísticos de cada cidadão estão:

- aprender e desenvolver sua língua materna e variedades dela;
- expressar-se, conhecer e produzir conhecimento em língua materna;
- preservar, por meio dela, memória, identidade, laços de pertença e de cultura;

¹⁰ Postagem em: <<https://www.facebook.com/LiteraturaYPsicoanalisis>: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=985502626270959&set=a.646592153495343>>. [10 de abril de 2024]

- usá-la e/ou acessar informações, por meio dela, em contextos sociais, culturais, políticos, jurídicos, econômicos, educacionais, científicos, turísticos;
- processar e entender, por meio dela ou de intervenção de intérprete dela, informações, demandas, direitos e deveres, bem como pôr em prática direitos e deveres;
- acessar, por meio dela, educação formal, serviços públicos, bens, aparelhos e fontes culturais (inter)nacionais;
- aprender uma segunda ou terceira língua, já que conhecimento de língua estrangeira passou a ser habilidade discursiva profissional e/ou tecnológica.

A língua participa de várias dimensões da vida em comunidade. Cabe ao Estado proteger as manifestações multiculturais e multilinguísticas no Brasil e, assim, zelar pelo processo civilizatório nacional. As recentes políticas de ações afirmativas ligadas a reconhecimento e promoção de línguas faladas por grupos minoritários ou minorizados têm fundamento constitucional. Um dispositivo constitucional nesse sentido é, por exemplo, o artigo 210 da Constituição Federal Brasileira:

Art. 210.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Como cidadãos/cidadãs, podemos exigir que as formas de expressão de nosso patrimônio cultural heterogêneo sejam conhecidas, respeitadas, inventariadas, documentadas, cuidadas, preservadas e transmitidas para outras gerações e valorizado via políticas estratégicas do Estado.

Para tanto, podemos recorrer a (inter)ações políticas junto a nossos representantes políticos e ao Iphan/Ministério da Cultura, a ações e intervenções educacionais (formais e não formais) junto a museus de língua (no Brasil e fora do Brasil), instituições de ensino, associações de ciência, espaços de popularização científica (entre os quais a revista *Roseta/Abralin*¹¹), espaços midiáticos e audiovisuais, por exemplo.

Politicamente, já há movimento, na sociedade, de debate em prol de opções por linguagem simples ou, melhor, acessível, especialmente em situações que dizem respeito a direitos e deveres na sociedade e a entidades de administração pública dos entes federativos. O projeto de lei 6256/2019, da autoria de Erika Kokay (PT-DF) “institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos”. Ocorre que, por um lado, define linguagem simples por emprego de frases curtas, organização de orações em ordem direta, desenvolvimento de uma ideia por parágrafo, por exemplo; por outro, impõe proibição a empregos não previstos no conjunto de regras gramaticais consolidadas (formas de flexão de gênero associadas a uma marcação neutra, por exemplo)

¹¹ Disponível em: <<https://www.roseta.org.br/>>.



e orientação pelo Vocabulário Oficial da Língua Portuguesa. O que serve de referência de gramática consolidada?

Juridicamente, é possível, por exemplo, acionar a justiça em situação na qual uma pessoa seja submetida a tratamento depreciativo, desrespeitoso, vexatório, desonroso, humilhante, a ponto de atingir sua dignidade, honra e moral, por conta de seu modo de se manifestar linguisticamente. No direito penal brasileiro, há tipificação de crime de injúria e difamação para conduta que consiste no ato de ofender a dignidade de alguém, a honra subjetiva do indivíduo.

Academicamente, é possível explorar o espaço da extensão universitária como caminho para operar, na sociedade em geral, uma mudança de ótica no sentido da percepção da língua portuguesa como uma entre outras línguas oficiais brasileiras, da norma culta padrão/exemplar dessa língua como uma entre outras variedades socialmente convencionalizadas e legítimas.

No GT de Sociolinguística da Anpoll, entendemos que um caminho nesse sentido é o do Projeto *Festival Brasil multicultural e multilíngue*, que, em linhas gerais, já se delineia como um espaço de intercâmbio entre (i) pesquisadores, professores e estudantes de várias áreas do saber (língua, literaturas, cinema, artes, dança, música, matemática, tecnologia, turismo, moda, teatro, por exemplo) e (ii) famílias e pessoas da sociedade em geral sobre a transversalidade da linguagem nas mais diversas manifestações e domínios socioculturais (letras de música, HQ, tweets, textos jornalísticos, mitos, provérbios, atlas linguísticos, linguagem processada em inteligência artificial). Recentemente esse projeto foi apresentado em ação do GT de Sociolinguística da Anpoll na 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (5ª CNTI, painel temático de 21 de fevereiro de 2024, em que se celebra a língua materna¹².

MATRAGA | Você considera que as novas tecnologias nos impulsionam para a ampliação das variações linguísticas do português brasileiro? Por quê? Como?

MMV | As novas tecnologias impulsionam-nos, sim, para a ampliação das variações linguísticas do português brasileiro (dentro e fora do Brasil) e outras variedades do Português no mundo. Uma razão é que temos cada dia mais acesso a dados de uso dessa língua usada por brasileiros por todo o mundo, haja vista a territorialidade de nossas interações e intervenções que agora também é digital, e não mais só mais física/geográfica. O acesso a mídias de comunicação digital (Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp), bem como a ferramentas de inteligência artificial (como o chatbot desenvolvido pela OpenAI) tem favorecido a percepção de variantes nos modos de expressão. Outra razão é a motivação alavancada pela ideia de identidade tecnológica combinada com a humana: é cada vez mais interessante pensar em linguagem, no campo da Inteligência Artificial, com sotaques e variantes, heterogeneidade linguística e identitária. O avanço de novas tecnologias, aplicativos e *games* também repercute no desenvolvimento de novas unidades linguísticas e estruturas de organização dessas unidades e na convencionalização e expansão de algumas, para além desse espaço de comunicação.

¹² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IPbbc8mhsuE>>.

É, por isso, que a necessidade de repositório digital de coleções de nosso patrimônio plurilinguístico é cada dia mais perceptível, valorizada e urgente. No âmbito do GT de Sociolinguística da Anpoll e da Comissão da Área Científica de Sociolinguística da Abralin, tem sido defendida a atenção estratégica a isso, que, na minha opinião, deveria ser política de Estado. Há, cada vez mais, museus digitais de língua no mundo: Museu Virtual da Lusofonia¹³; The National Museum of Language¹⁴; Digital Museum of Chinese Language¹⁵. O interesse por línguas e diversidade linguística vem aumentando.

MATRAGA | Pensando na escola básica e em todas as polêmicas que circundam o ensino de Língua Portuguesa, como, a seu ver, o/a docente deste nível de ensino pode integrar os conhecimentos e as práticas linguísticas, considerando os pressupostos da Sociolinguística?

MMV | É sempre difícil responder à pergunta “Como?”, frequentemente feita. Essa pergunta é figurinha fácil em eventos acadêmico-científicos sobre a relação entre variação e educação/ensino. Para mim, não é à toa que isso acontece: não existe receita! É uma experiência (re)configurada a cada travessia, relação professor-estudantes, público-alvo (turma de estudantes), que passa pelas literacias sociocultural, discursivo-pragmática, linguística e emocional. Para fazer sentido, a educação tem de partir de um relacionamento individualizado que promova a passagem progressiva de um estudante de uma condição a outra, para contribuir para a compreensão de si e dos outros com que interage e para sua integração a grupo(s) e à sociedade em geral. Geralmente, o que percebo é um olhar das turmas de alunos a partir de um prisma de anulação do que é particular do grupo, em prol de espelhar e trabalhar o mesmo para qualquer que seja a turma. Naturalmente, essa forma de fazer é consequência de condições e sobrecarga de trabalho, entre outras causas (a dinâmica de repetir experiências prévias do processo de ensino-aprendizagem)!

O conhecimento é sempre, em alguma medida, uma representação baseada em memórias e experiências e passível de reconstrução. O processo de ensino (não só na escola básica) demanda alguns movimentos: atenção do professor ao comportamento linguístico dos alunos em cada grupo escolar, observação por parte dele dos usos que se manifestam nas modalidades orais e escritas de expressão dos estudantes, análise do que é frequente ou eventual e das condições formais e funcionais atreladas ao que é frequente ou eventual, comparação dos resultados dessa análise com os descritos/conhecidos sobre normas de uso (não só *standard*), entre elas também as de comunidades de prática em que os estudantes constroem suas identidades (família, vizinhança, bairro, cidade, escola, entre outros espaços). É pela língua que compreendemos o comportamento de uma comunidade de fala. É, portanto, desejável desenvolver uma visão que não mutile o objeto de conhecimento linguístico, tratando-o no conjunto das condições de variadas dimensões que afetam acesso, processamento e exploração de dados desse conhecimento.

¹³ Disponível em: <<https://www.museuvirtualdalusofonia.com/>>.

¹⁴ Disponível em: <<https://languagemuseum.org/>>.

¹⁵ Disponível em: <http://en.moe.gov.cn/news/press_releases/202303/t20230330_1053539.html>.



Também não sei se conheço todas as polêmicas que circundam o ensino de Língua Portuguesa, mas o fato é que não existe outra possibilidade de tratar de conhecimentos de língua portuguesa sem integrá-los em práticas linguísticas. Qualquer tema gramatical/linguístico a explorar em sala de aula será visto em enunciados/textos relacionados a alguma prática sociocomunicativa (nem que seja por vínculo criado por conhecimento de mundo). Não é raro encontrar associações de variantes linguísticas (apenas) a situações estereotipadas: por exemplo, tirinhas do Chico Bento/*Turma da Mônica*, para exemplificar prática linguística não urbana; letra de música, do gênero *funk*, para exemplificar prática linguística não *standard*; trecho de oralidade, para exemplificar prática linguística distensa/informal; escrita ou fala do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, para ilustrar prática linguística brasileira. Com tantos estudos sociolinguísticos por todo o país, já passou da hora de ultrapassar isso! Há variação linguística em qualquer gênero ou espaço de prática comunicativa, inclusive nos que são, no imaginário coletivo, associados ao contexto de maior letramento. Variação linguística não está fora nem das práticas linguísticas (orais ou escritas) em contexto em que expectativas de uso de norma *standard* sobressaem!

Para tornar isso evidente, o professor pode, por exemplo, explorar variantes linguísticas em textos de gêneros diversos produzidos nas modalidades orais e escritas e em contexto de letramento e, assim, mostrar que a variação é inerente à língua. Para tanto, pode recorrer, por exemplo a: entrevistas que são disponibilizadas em canais do YouTube, em *sites* de programas de TV, em jornais e revistas de grande circulação no país; textos jornalísticos de fontes diversas (temáticos da área de língua e literatura ou gerais, de economia, de ciência, de medicina); textos acadêmicos de diferentes fontes (da área de Letras e Linguística ou de outras áreas do saber).

Nesse caso, pode buscar e fazer ver aos alunos, no comportamento linguístico real, exemplos diversos: usos variantes das formas pronominais (casos nominativo, acusativo e dativo); usos de recurso de indeterminação de referentes nas posições de sujeito ou complemento; predicadores verbais simples e complexos; recursos de intensificação, modalização e aspectualização, regência, concordância, para além de recursos lexicais e fonos variantes. O professor pode explorar, na diversidade de gêneros textuais e em espaços de interesse dos estudantes (como espaços de interação mobilizados por *games*, música, redes sociais), variantes linguísticas e, também, linguagem e inovações apoiadas em conhecimento gramatical prévio e sistemático (posto em ação).

Entendo que, além de uma pedagogia da variação, uma pedagogia do afeto, da humanização, pode colaborar para promover inclusão, autoestima, justiça social, com acesso, via língua, ao pleno conhecimento de direitos e deveres e autodidatismo. O desenvolvimento de um trabalho pedagógico efetivamente colaborativo, que envolve sujeitos que têm saberes sobre língua (recursos e modos de organização e combinação deles, ou seja, gramática), é o diferencial. O processo de integração de conhecimentos passa por interesse, acesso a experiências diversas, respeito, maturação, compreensão, sensibilidade e emoção/prazer. O que se aprende na Educação Básica tem de estar associado à maior qualidade de vida, à possibilidade de bem-estar numa sociedade cheia de expectativas sobre os indivíduos que nela interagem a todo tempo diariamente, e não só no espaço escolar e cheia de estruturas de resiliência.

MATRAGA | Os estudos sociolinguísticos podem contribuir para o ensino de variação linguística, ultrapassando a dicotomia entre registros de língua formal e informal vigente, majoritariamente, em materiais didáticos, indicados nos diferentes anos de escolaridade da escola básica. Você concorda? O que pode nos dizer sobre essa contribuição, como professora e pesquisadora?

MMV | Concordo que os estudos sociolinguísticos constituem contribuição fundamental para o ensino de variação linguística, para a compreensão de normas plurais do Português no mundo (em países em que é língua oficial e/ou segunda língua no/em Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Macau, por exemplo, ou em que é língua estrangeira), normas de referência *standard* em espaços de práticas comunicativas, registros (formal, informal, semiformal), entre outras categorias de apreensão de sistemas e subsistemas de estabilidades e variantes linguísticas. Geralmente, materiais didáticos associam norma culta padrão a contextos discursivo-pragmáticos em que há expectativa de formalidade.

Estudos sociolinguísticos mostram, há bastante tempo, que é possível ser formal sem recorrer a regras associadas à norma culta padrão (por exemplo, com seleção de unidades linguísticas formais que revelam deferência ao interlocutor em sentenças sem ordenação *standard* dos pronomes clíticos – ênclise a verbo no futuro do presente ou pretérito), do mesmo modo que é possível ser informal empregando regras de norma culta padrão (por exemplo, com emprego *standard* de concordância verbal e regência).

A raiz do problema dessa confusão pode estar na incompreensão ou na falta de segurança quanto ao que caracteriza cada dimensão de análise linguística (norma/variedade e registro) e ao complexo de propriedades que acabam por aproximar e até entrelaçar tais categorias.

MATRAGA | Não podemos “abrir mão” da experiência de nossa entrevistada- professora, considerando o tema deste número da revista. O que a professora pode nos dizer sobre o tema variação e mudanças nas línguas?

MMV | O tema variação e mudanças linguísticas lida com fenômenos essenciais à constante (re)organização da língua, ou seja, das unidades fonético-fonológicas (segmentais e suprasegmentais), morfológicas, sintáticas, lexicais, textuais e da gramática de relação e organização dessas unidades. O fenômeno de estabilização, (in)visível (a depender de quem olha e de como se encara o que se observa), é outro que se liga a esses dois. Linguistas, gramáticos, professores de línguas captam nas descrições que fazem, em maior ou menor grau, o que conseguem perspectivar dessa triangulação. As línguas relacionam-se a sociedades e experiências dos indivíduos nessas. Logo, envolvem estabilidade e instabilidade.

Agradeço, imensamente, às colegas Maria Teresa Tedesco e Lurdes Moutinho a oportunidade de refletir e escrever sobre as questões aqui formuladas.